

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Poder público não pode ser oculo



Lula, que prometeu máxima transparência em seu governo, igualou o grau de opacidade de Bolsonaro, valendo-se de justificativa espúria para recusar 1.339 pedidos de acesso à informação

Segundo apurou o *Estado*, o governo do presidente Lula da Silva negou no ano passado 1.339 pedidos de informações sob a justificativa de conter dados pessoais, impondo 100 anos de sigilo sobre documentos como a agenda da primeira-dama, comunicações diplomáticas sobre o julgamento do ex-jogador Robinho ou a lista dos militares da Guarda Presidencial de plantão no infame 8 de Janeiro.

Transparência e publicidade são pilares do Estado Democrático de Direito. Não se trata só de coibir ilicitudes, mas

de garantir um ambiente institucional, administrativo, político e econômico capaz de otimizar recursos públicos, atrair investimentos e promover uma cidadania vibrante e participativa. A Constituição estabelece uma única exceção, caso o sigilo seja “imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

A aversão à transparência não éapanágio deste governo ou de Brasília. Todo poder emana do povo. Governantes, parlamentares, magistrados e servidores públicos são seus mandatários. Mas, na prática, se comportam como mandantes, tratando os cidadãos como súdi-

tos e compartilhando informações como se fossem concessões, não um dever cuja recusa caracteriza ilicitude.

Segundo apuração do *Estado*, 23 das 27 Assembleias Legislativas do Brasil foram reprovadas no teste de transparência, integridade e governança, mostrando-se incapazes de oferecer dados que deveriam estar facilmente disponíveis. Há anos a Suprema Corte mantém os inquéritos das *fake news* e das milícias digitais sob sigilo, impedindo o povo de escrutinar a legalidade de medidas excepcionais, como quebras de sigilo, bloqueios de contas, multas exorbitantes e a censura ou prisão de representantes eleitos, jornalistas e empresários. É difícil imaginar uma questão de maior interesse público que a verificação dos fatos ocorridos no maior atentado à democracia desde o fim da ditadura. Apesar disso, mais de um ano após o 8 de Janeiro, os Três Poderes mantêm a sete chaves a íntegra das imagens das câmeras de vigilância.

Na gestão Bolsonaro a opacidade se tornou política de governo. São inúmeros exemplos: recusas abusivas a solicitações de informações por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), campanhas de desinformação, estruturas paralelas nos ministérios, interferências em órgãos de controle e até a ocultação de dados epidemiológicos na pandemia. O paroxismo foi a maquiagem, junto com o Legislativo, de um “orçamento secreto”.

O caso de Lula, no entanto, é mais grave, porque se diz paladino da democracia e fez do ataque à cultura do sigilo parte de sua batalha contra Bolsonaro na eleição. “É uma coisa que vamos ter de fazer: um decreto, um ‘revogação’ des-

se sigilo que Bolsonaro está criando para defender os amigos”, disse à época. “Qualquer pessoa podia saber o que acontecia no nosso governo.” A hipocrisia é, de fato, a homenagem que o vício presta à virtude.

Os primeiros mandatos de Lula antecederam à LAI, de 2011. Mas em 2013 o governo de sua criatura Dilma Rousseff bateu o recorde de negativas: 3.732. No último ano de Bolsonaro, foram 1.332. O governo Lula retirou o sigilo de muitos desses documentos. Mas o apreço de Lula à publicidade é seletivo. Já em seu primeiro ano, ele superou a marca de Bolsonaro, com 1.339 negativas. Mesmo se admitindo que uma parcela mínima desses documentos se enquadre nas exceções previstas na LAI para preservar a segurança ou a intimidade, o próprio governo baixou um decreto determinando que eles devem ser disponibilizados, ocultando-se somente os trechos sensíveis. O sinal ideológico é trocado, mas o recurso às sombras é só mais uma das muitas táticas que Lula e Bolsonaro utilizam de maneira idêntica.

“A publicidade é com justiça recomendada como um remédio para doenças sociais e industriais”, disse o jurista americano Louis Brandeis. “Diz-se que a luz do sol é o melhor dos desinfetantes; a iluminação pública é o mais eficiente dos policiais.” Muito antes de Brandeis, da Constituição ou da LAI, a sabedoria popular já havia consagrado esse princípio universal de maneira mais singela e intuitiva: quem não deve não teme. Ante tamanho esforço para manter sua administração nas sombras, é de perguntar ao presidente Lula: por que tanto medo? ●

O parto do Novo Ensino Médio

Aprovação na Câmara mostra que a discussão sobre a reformulação do ensino médio atingiu seu grau de maturação; agora é torcer para que não haja interrupções no Senado

A aprovação do projeto que reformula o Novo Ensino Médio pela Câmara dos Deputados foi um passo importante para dar prosseguimento à urgente e necessária reestruturação da etapa mais complexa e relevante da vida escolar, definidora do futuro de gerações. O consenso em torno de temas nevrálgicos, que teve na carga horária da base curricular seu ponto de maior embate, mostrou que o grau de maturação aparentemente foi alcançado, o que tende a facilitar as discussões no Senado, de onde sairá a versão final do projeto.

É imprescindível que o trâmite ocorra sem novas interrupções, como a que emperrou o projeto na Câmara, atrasando ainda mais a implantação das mudanças. Pelo calen-

dário original, o novo modelo já deveria estar regulamentado, orientando as escolhas de milhões de adolescentes durante os três anos do ensino médio. O ponto positivo é que, após intensos debates, se chegou a uma fórmula que afastou de vez a possibilidade absurda de revisão completa da reforma aprovada em 2017 – algo que chegou a ser cogitado pela esquerda irresponsável no início da gestão de Lula da Silva.

De forma geral, a reforma de 2017, comandada pelo então ministro da Educação Mendonça Filho, adotava princípios corretos de formação geral básica, organizada por áreas do conhecimento, com a parte optativa, na qual os estudantes definem disciplinas de acordo com suas áreas de interesse, abrindo caminho para a educação pro-

fissional. O currículo mais flexível e a disponibilidade de um ensino profissional e técnico arejaram o modelo para lá de atrasado do ensino médio. Lamentavelmente, houve hiato e confusão na implementação, em razão da pandemia de covid-19 e da inexistência de um Ministério da Educação (MEC) funcional nos tenebrosos anos de Jair Bolsonaro na Presidência.

Devolta ao centro dos debates, agora como deputado relator do projeto, Mendonça Filho fez um bom trabalho na construção do novo texto, que estabeleceu com o Ministério da Educação um padrão nacional para a base curricular e a ampliação da carga horária, abrindo espaço para o incremento da formação técnica.

Os pontos essenciais a serem perseguidos para que os estudantes tenham autonomia suficiente para se sentirem atraídos pelas disciplinas do currículo escolhido foram resguardados no projeto. É preciso compreender que a evasão escolar – que tem no ensino médio sua mais alta taxa, de 5,9%, de acordo com o censo do MEC de 2023 – não é motivada somente pela necessidade de os alunos ingressarem prematuramente no mercado de trabalho. Fosse apenas isso, o País não estaria assistindo ao dramático aumento da geração “nem-nem”, de jovens que não estudam nem trabalham e que já beiram os 11 milhões, de

acordo com dados do IBGE.

Pesa também, e muito, o desinteresse e isso pode ser explicado pelo alto índice de repetência nessa fase da vida escolar (3,9%, também de acordo com o MEC) e a falta de identificação com a base curricular. Dito isso, a instituição de um programa de transferência de renda como o Pé de Meia, que paga para que o aluno permaneça na escola durante o ensino médio, não é uma garantia definitiva de frequência escolar, apesar de seus méritos. Medidas pensadas para tornar os currículos mais convergentes com os interesses dos estudantes terão, por certo, efeito mais eficaz e perene.

É sob esse aspecto prioritário que agora o projeto deve ser examinado pelos senadores. Tão importante quanto a definição de quantas mil horas são necessárias para o aprendizado desta ou daquela disciplina – questão pertinente e que já foi exaustivamente pautada nas discussões técnicas na Câmara – será a adequação às novas normas que pretendem desengessar a matriz curricular. Após a avaliação pelo Senado, para que as mudanças possam ser implementadas a partir de 2025 serão necessários ajustes operacionais, regulamentações estaduais e definição de metas para ampliação de matrículas. Um trabalho que requer não só técnica, mas também celeridade. ●